



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**Câmara Municipal de Manaus**  
**Gabinete do Vereador Roberto Sabino.**

**PROJETO DE LEI Nº. 247/2014.**

**OBRIGA** os mercados, supermercados e outros estabelecimentos congêneres a substituir produto adquirido por consumidor fora da validade e dá outras providências.

**1º.** Ficam obrigados a substituir ao consumidor que adquirir um produto fora da validade, o mesmo produto com prazo dentro da validade, os mercados, supermercados e outros estabelecimentos congêneres, localizados no município de Manaus.

**Parágrafo único:** Na falta do mesmo produto dentro do prazo de validade, os estabelecimentos se obrigarão a fornecer um outro produto, com mesmo valor, dentro do prazo de validade.

**2º.** A fiscalização dos mercados, supermercados e outros estabelecimentos congêneres ocorrerá através do Poder Executivo, que definirá através de Decreto, o órgão competente para proceder a inspeção dos locais e imposições de que tratam esta Lei.

**3º.** Em caso de constatação da irregularidade, será lavrado um auto de infração em face do estabelecimento, o qual se comprometerá em retirar os produtos vencidos para venda ao consumidor.

**4º.** Os estabelecimentos reincidentes sujeitar-se-ão à multa equivalente a 2.000 (Duas Mil) UFM's.

**5º.** Esta lei entra em vigor após 90 dias da sua publicação.

Plenário Adriano Jorge, 18 de Agosto de 2014.

**Vereador Roberto Sabino**  
**PROS**



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**Câmara Municipal de Manaus**  
**Gabinete do Vereador Roberto Sabino.**

**JUSTIFICATIVA**

É muito comum a exposição em supermercados, mercados e estabelecimentos congêneres de produtos com prazo de validade vencido. O consumidor, acreditando na boa-fé das empresas, muitas vezes não atenta para embalagem e acaba adquirindo mercadorias vencidas, só percebendo no momento do consumo ao chegar em casa.

O presente Projeto de Lei tem como objetivo coibir a comercialização de produtos vencidos por estabelecimentos, retirando-os das prateleiras, assim como monitorá-los para que não ocorra essa venda, com o fim de proteger a saúde do consumidor, assim como o seu direito de cidadão.

No que tange à legalidade do município em legislar sobre causas acerca do consumidor, vislumbramos a constitucionalidade da propositura por estar de acordo com o art. 30, II da CF/88, que versa sobre a competência suplementar dos Municípios.

**Art.30.** Compete aos Municípios:  
II – suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.

Tal entendimento foi recepcionado pelo Código de Defesa do Consumidor no seu art. 55, quando menciona o município, no parágrafo primeiro, como fiscalizador do bem-estar e segurança do consumidor, tratando exatamente da matéria do projeto de lei em tela.

**Art.55.** A União, os Estados e o Distrito Federal, em caráter concorrente e nas suas respectivas áreas de atuação administrativa, baixarão normas relativas à produção, industrialização, distribuição e consumo de produtos e serviços.

**§1º-** A União, os Estados, o Distrito Federal e os **Municípios fiscalizarão** e controlarão a produção, industrialização, distribuição, a publicidade de produtos e serviços e o mercado de consumo, no **interesse da preservação da vida, da saúde, da segurança, da informação, e do bem-estar do consumidor, baixando as normas que se fizerem necessárias.**” (grifo nosso)



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**Câmara Municipal de Manaus**  
**Gabinete do Vereador Roberto Sabino.**

Pela grande relevância do Projeto de Lei em análise, no sentido de proteger a saúde e o direito do consumidor, apresento-o aos nobres vereadores, com a convicção de que receberá os votos e apoio necessários para sua aprovação.

**Vereador Roberto Sabino**  
**PROS**